

**LICITAÇÃO Nº 003/2018
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 003/2018**

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que receberá **até as 08:30 horas do dia 12/04/2018**, na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC - CEP 89.570-000, os envelopes contendo DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTAS DE PREÇOS, **LICITAÇÃO Nº 003/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, visando a contratação de empresa para execução de obra de engenharia – EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA AÉREA PRIMÁRIA COMPACTA COM CABO COBERTO EM ESPAÇADORES PARA ATENDER O LOTEAMENTO TRANQUILO BENJAMIN GUZZI, MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, processo administrativo nº 045/2018, REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, bem como a abertura do invólucro da documentação no mesmo dia, às 08:45hs**, na sala da CPL na Sede Administrativa, dando-se em seguida início a abertura da sessão, o qual será julgado em conformidade com o que dispõe o art. 42, § 5º, da Lei 8.666/93 e demais normas e condições do presente Edital e seus anexos, **e Portaria nº 079/2018 que aprovou os projetos técnicos.**

Estando todos os representantes dos licitantes e concordando com o resultado de habilitação, através de desistência expressa de não interpor Recurso, constantes em ata, conforme preconiza o art. 43, III, do Estatuto Federal de Licitações e Contratos, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados, na mesma sessão, caso contrário, os envelopes propostos serão rubricados pelos representantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura na data fixada na Ata da reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação.

1. DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a **contratação de empresa para execução de rede de distribuição de energia elétrica, referente extensão da rede que dá acesso ao loteamento Benjamin Tranquilo Guzzi, projeto elaborado de acordo com o manual de distribuição CELESC E – NE 102-E, na forma dos Projetos Técnicos aprovados através da Portaria nº 079/2018, processo administrativo em apenso nº 002/2018, cujos projeto e plantas foram aprovadas pela CELESC.**

2. PROPOSTAS

A **PROPOSTA DE PREÇO** deverá conter preços unitários, em moeda corrente nacional, e preencher obrigatoriamente os seguintes requisitos, **A SER PREENCHIDA EM FORMULÁRIO PADRONIZADO – ANEXO I**, sob pena de ser desqualificada, e ainda observado o seguinte:

2.1. Deverá ser entregue em envelope fechado, contendo como identificação:

- ENVELOPE N. 01

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

LICITAÇÃO Nº .003/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

- ENVELOPE N. 02

PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE:

LICITAÇÃO Nº 003/2018
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

2.2. Deverá ser datilografada (ou impressa por computação), no idioma português, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas todas as folhas, assinada e carimbada a última folha, devendo conter os preços unitários, datilografada ou por impressão em sistema eletrônico de processamento de dados, datada, carimbada e assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em 02 (duas) vias, contendo ainda o **PREÇO UNITÁRIO E O VALOR TOTAL/INTEGRAL**, em envelope opaco e fechado, de forma a não permitir sua violação.

2.3. Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas referentes obrigações sociais e fiscais, especialmente relativas a salários, previdência social e tributos.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Será admitido apenas 01(um) representante para cada empresa proponente, o qual deverá estar munido de Cédula de Identidade.

3.2 - O Credenciamento do representante da licitante que não seja sócio-gerente ou diretor da empresa far-se-á mediante a apresentação da **Carta de Credenciamento** (conforme modelo do Anexo VII), e/ou instrumento público ou particular de procuração, **COM FIRMA RECONHECIDA DO OUTORGANTE.**

3.3 – Caso a Credencial não tenha sido assinada por sócio-gerente ou diretor da empresa, identificado no Ato Constitutivo, a mesma deverá vir acompanhada de **Procuração** que conceda poderes ao signatário da Credencial, **COM FIRMA RECONHECIDA DO OUTORGANTE.**

3.4 – A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se nas sessões contra as decisões tomadas pela Comissão de Licitações.

4. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Os proponentes deverão apresentar, em envelope lacrado, envelope nº 01, os seguintes documentos DE HABILITAÇÃO, cujo invólucro deverá conter os seguintes dizeres:

- ENVELOPE N. 01

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

LICITAÇÃO Nº 003/2018

4.1 Habilitação Jurídica:

4.1.1 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;

4.1.2 – Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

4.1.3 – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

4.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Caso os documentos exigidos nos itens 4.1.1 a 4.1.4 já tenham sido apresentados pela licitante no ato do credenciamento ou no envelope proposta quando não representada, a mesma fica desobrigada de apresentá-los no Envelope nº 02 – Da Habilitação.

4.1.5 – Declaração de que a licitante cumpre o disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988 (não emprega menores de idade), assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo.

4.1.6 – Declaração de que não pesa contra si declaração de **inidoneidade** nos termos do artigo 87, inciso V e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo.

4.1.7 - Declaração Negativa de **Impedimentos** para participar de Processo Licitatório, conforme o disposto no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo do Anexo.

4.1.8 - Certificado de registro cadastral junto ao Município, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

4.2 Habilitação Fiscal e Trabalhista:

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

4.2.2 – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.2.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do proponente;

4.2.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do proponente;

4.2.5 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

4.2.6 – Prova de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em vigor (caso esta não esteja abrangida na Certidão de Débitos Relativos aos tributos e à Dívida Ativa da União);

4.2.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, disponibilizada no site do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.gov.br/certidão).

4.3 Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

4.4 Qualificação Técnica:

4.4.1 - Comprovante de registro da empresa junto ao CREA, com apresentação de Certidão de Pessoa Jurídica;

4.4.2 – Certidão de Pessoa Física – Engº Responsável junto ao CREA;

4.4.3 – Declaração de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.4.4 – Comprovação de aptidão para desempenho da atividade e compatível em características com o objeto da licitação, através de apresentação de Atestado Capacidade Técnica ou Certidão de obras ou serviços similares, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitido pelo CREA, relativo ao Atestado ou Certidão apresentado.

4.5 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Equipe de Apoio.

4.6 Todos os documentos referente a **HABILITAÇÃO** poderão ser entregues em: original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada **DESDE QUE SEJAM EXIBIDOS OS ORIGINAIS PARA AUTENTICAÇÃO POR SERVIDOR DESIGNADO**. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de fax símile ou ilegíveis.

4.7 No caso de apresentação de documentos e/ou certidões que não constarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo máximo de 90 (noventa) dias a partir da data de emissão dos mesmos.

4.8 O envelope de documentação deste Edital que não for aberto ficará em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após este período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

4.9 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.26.7 e seguintes do presente Edital.

5. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal poderá ser exigida somente no ato da assinatura do contrato, ou seja, o licitante deverá apresentar os documentos exigidos, mesmo que através de certidão positiva de débitos, cuja regularidade será exigida até a data da assinatura do contrato, conforme preceitua o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006

5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.4 A empresa proponente deverá comprovar a qualidade de que trata o § 1º deste item.

5.5 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. A Comissão poderá fazer consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela *INTERNET*. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5.6 inabilitação do proponente importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

5.7 As empresas serão representadas no processo por seus titulares ou **por representantes legais munidos de instrumento de mandato com poderes específicos para a prática de quaisquer atos do procedimento licitatório.**

6. DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A proposta de preços deverá conter o valor unitário e o preço total.

6.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias corridos.

6.3. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, (art. 43, § 6.º da Lei n.º 8.666/93).

7. AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 No julgamento das propostas a Comissão levará em consideração o critério de **menor preço INTEGRAL**, obedecidas as normas e condições do edital e seus anexos e os dispositivos contidos na Lei nº 8.666/93, **cujo regime de execução será o de empreitada por preço INTEGRAL (fornecimento de material e mão de obra.**

Parágrafo único. É vedado o reajuste de preços.

7.2 Na reunião de habilitação serão processadas as seguintes análises:

- a) quantitativa e formal dos documentos apresentados;
- b) do conteúdo, vigência e veracidade dos documentos apresentados relativos à empresa.

7.3 A Comissão de Licitação divulgará o resultado do julgamento no DOM ou comunicará diretamente aos licitantes via e-mail caso não ocorra o julgamento na mesma sessão de abertura.

7.4 A análise das propostas dos proponentes habilitados será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

A) Será adotado como critério de julgamento da presente licitação o **MENOR PREÇO INTEGRAL**;

B) Verificada a absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas, obedecido ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro procedimento;

C) A Comissão de Licitação divulgará o resultado do julgamento da fase PROPOSTA no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS - DOM e facultativamente comunicará diretamente aos licitantes via e-mail;

D) A adjudicação da proposta classificada em primeiro lugar somente ocorrerá após esgotados os prazos dos recursos administrativos.

7.5 Para fins de julgamento das propostas de preços, será considerado empate:

7.5.1 Nas situações em que duas ou mais propostas de microempresas e empresas de pequeno porte, apresentarem o mesmo valor ou duas ou mais propostas de licitantes não enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem o mesmo valor;

7.5.2 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ único. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.3 Para efeito do disposto no item 7.5.2, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.5.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Parágrafo único. O disposto no item 6.5.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.6. As microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem a declaração constante do subitem 3.4 deste Edital, poderão sanar eventual restrição quanto à comprovação da regularidade fiscal após a homologação do certame, sendo concedido o prazo de até dois dias úteis, improrrogáveis, a partir da notificação, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

7.7. Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação;
- b) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- c) que não contiverem informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado;
- d) que omitirem informações consideradas essenciais para análise, julgamento e execução do serviço;
- e) que deixarem de cotar algum item ou subitem da planilha quantitativa;
- f) que cotar qualquer valor da coluna Total Geral da planilha quantitativa com valor superior ao valor orçado;
- g) das empresas declaradas inidôneas, ou que estejam cumprindo suspensão de direito de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.8. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

7.9. Antes de declarar o resultado final, será dado vista ao Engº da AMARP e ou Engenheiro Elétrico, para que o mesmo analise a existência ou não de superfaturamento de preços, bem como elabore o mapa comparativo de preços.

8. PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á até 5º dia útil após a medição efetuada por Engº credenciado pela administração, de acordo com o cronograma físico-financeiro, correndo a presente despesa à conta da seguinte Dotação Orçamentária, exercício 2018:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:15 - Urbanismo
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:14 - Urbanização De Vias
Ação:1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Despesa 241
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:15 - Urbanismo
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:14 - Urbanização De Vias
Ação:1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Despesa 54
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

9. DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO.

9.1. DAS PENALIDADES

9.1.1. Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na assinatura do contrato, poderá o Município dá-lo por rescindido, obrigando a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência, além de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso na entrega da obra.

9.1.2. Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

9.1.2.1. Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

9.1.3. Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

9.1.3.1. Advertência;

9.1.3.2. Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

9.1.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

9.1.4. As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

10. DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

10.1.2. Inobservância das especificações acordadas;

10.1.3. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

10.2. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

11. DOS RECURSOS

11.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos previstos na Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883/94 (Conforme artigo 109), nos casos de:

- HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO;
- JULGAMENTO DAS PROPOSTAS;
- ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO.

11.2. Representação no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, de que não caiba recurso hierárquico.

11.3. Havendo recurso na fase de habilitação, os envelopes contendo as propostas de todas as proponentes, rubricados pelos membros da Comissão e representantes das licitantes, ficarão em poder da Comissão até o julgamento do recurso interposto.

11.4. Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação, interpostos mediante petição datilografada, devidamente arazoada e subscrita pelo representante legal ou preposto da recorrente.

11.5. Os recursos serão protocolados e entregues ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, não sendo reconhecidos os interpostos fora do prazo legal.

12. PRAZO DO CONTRATO E PRAZO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS

12.1. O contrato vigorará até 30/12/2018, sendo que a obra deverá ser executada no prazo de 60 (SESSENTA) dias, contados da ORDEM DE EXECUÇÃO.

12.2. O contrato somente será considerado concluído, após a emissão de atestado de conclusão e recebimento da obra assinado por Engenheiro Credenciado, bem como declaração do fiscal de obras, no sentido de sugerir à autoridade superiora que efetue o recebimento do objeto, mediante recibo.

13. DO REAJUSTE DE PREÇO

Fica vedado reajuste de preços.

14. DOS ENCARGOS

14.1. A empresa contratada deverá fornecer, por ocasião da assinatura do contrato, nominata das pessoas que irão desenvolver os serviços à mesma, bem como comprovante de Inscrição dos funcionários junto ao INSS.

14.2. Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada e respectiva folha de pagamento.

14.3. Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

Parágrafo único. A proposta deverá discriminar o percentual referente ao material e o percentual referente aos serviços.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. A Administração poderá anular ou revogar a presente licitação, nos casos previstos em Lei e por conveniências administrativas, técnicas ou financeiras, sem que com isso caiba aos proponentes o direito de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

15.2. Os casos omissos ou não regulados pelo presente Edital serão decididos à luz dos princípios que informam o Direito Administrativo e lei de licitações.

15.3. A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

15.4. Os prazos contar-se-ão excluindo o dia de início e incluindo o dia de término.

15.5. A apresentação da proposta implicará em aceitação plena e total das condições e exigências contidas neste edital.

15.6. Os interessados que desejarem maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão atendidos durante o expediente na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Sede Administrativa, sito na Av. Costa e Silva, nº 111.

15.7. Fazem parte do presente edital os seguintes anexos:

I – Anexo I: Proposta padronizada de preços;

II – Anexo II: Memorial Descritivo;

III - Anexo III: Orçamento;

IV – Anexo IV - Cronograma físico-financeiro

V – Anexo V: Projeto Elétrico Prancha 01/02 – Queda de tensão e cotas;

VI – Anexo VI : Projeto Elétrico Prancha 02/02 – Queda de tensão e cotas;

VII – Anexo VII: Declaração de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

- VIII** - Anexo VIII: Declaração de cumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei n. 8.666/93 – Declaração de menores;
IX- Anexo IX: Declaração de idoneidade;
X – Anexo X – Declaração negativa de impedimento;
XI - Anexo XI: Minuta do contrato;
XII – Anexo XII - Declaração de enquadramento de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte

15.8. O contratado fica obrigado a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital.

15.9. Fica eleito o foro da Comarca de Tangará para dirimir qualquer questão contratual.

15.10. Os preços deverão ser cotados no formulário padronizado de proposta.

15.11. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade pela fiscalização ou acompanhamento do órgão interessado.

15.12. É de responsabilidade do contratado o recolhimento/pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

15.13. Fica vedada a subcontratação dos serviços.

15.14. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

O contrato terá como gestor a Secretária de Transportes e Obras, a qual incumbe nomear um servidor público para atuar como fiscal do contrato.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

ANEXO I
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018
FORMULÁRIO PADRONIZADO PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Município: _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone/Fax: _____
E-mail: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____

Empreendimento: REDE ELETRICA DE DISTRIBUIÇÃO

BAIRRO TRANQUILO BENJAMIN GUZZI

Item	Und	Quant.	Descrição dos Materiais	V. Unit.	V. Total
1	pç	30	Abraçadeira plástica		
2	pç	9	Adaptador estribo cunha 50mm		
3	pç	1	Afastador de armação sec.500x900mm		
4	pç	8	Alça pré-formada p/cabo CA/CAA 2 AWG		
5	pç	4	Alça pré-formada p/cabo 9,5mm		
6	pç	66	Anel de amarração p/espçador losang. Polimérico		
7	pç	37	Arruela quadrada 38x3mm, D16mm		
8	pç	2	Braço anti-balanço 25/35kV		
9	pç	21	Braço cisne 1,5mx31,7mm		
10	pç	4	Braço tipo L com prensa fio 25kV		
11	pç	1	Braço C 25/35kV		
12	kg	165	Cabo de aço 9,5mm		
13	kg	12	Cabo de alumínio CA 2 AWG		
14	kg	39	Cabo de cobre nú meio duro 35mm		
15	mt	2,4	Cabo de cobre soldaflex 35mm		
16	mt	130	Cabo multiplexado trifásico (quadruplex) 50mm		
17	mt	18	Cabo protegido AL/XLPE 16mm 15kV		
18	mt	510	Cabo protegido AL/XLPE 50mm 25kV CZ2x2500MT		
19	pç	1	Cantoneira auxiliar para braço tipo C		
20	pç	15	Cartucho azul		

21	pç	22	Cartucho vermelho			
22	pç	6	Chave fusível 100A 25,8 KV 6300A			
23	pç	4	Cinta para poste circular 200mm			
24	pç	4	Cinta para poste circular 210mm			
25	pç	2	Cinta para poste circular 220mm			
26	pç	4	Cinta para poste circular 230mm			
27	pç	2	Cinta para poste circular 260mm			
28	pç	2	Cinta para poste circular 270mm			
29	pç	2	Cinta para poste circular 280mm			
30	pç	6	Conector cunha CB 1/0 AWG CB 1/0 AWG			
31	pç	10	Conector cunha CB 1/0 AWG CB 2 AWG			
32	pç	12	Conector cunha CB 1/0 AWG CB 4 AWG			
33	pç	7	Conector cunha tipo B			
34	pç	7	Conector perfurante (piercing) 16x70 - 1,5x10mm			
35	pç	24	Conector perfurante (piercing) 25x120mm			
36	pç	12	Conector para aterramento 25 a 35mm			
37	pç	3	Conjunto grampo suspensão para cabo multiplexado			
38	pç	3	Cruzeta de aço 2,0m			
39	pç	3	Elo fusível 2H			
40	pç	3	Elo fusível 6K			
41	pç	18	Espaçador e separador losangular polim. 25/35kV			
42	pç	2	Estribo para braço tipo L 3/8"			
43	mt	35	Fio sólido 750 V 1,5mm azul			
44	pç	3	Fita autofusão			
45	pç	1	Fita isolante 20mt			
46	pç	6	Grampo de ancoragem polimérico cabo cb 50mm			
47	pç	6	Grampo de linha viva			
48	pç	12	Haste de terra aço+cobre d13mm 2400mm			
49	pç	12	Isolador aconragem polimérico 23,1kV (bastão)			
50	pç	3	Isolador pino polimérico 25kV			
51	pç	3	Isolador pilar 23,1kV			
52	pç	7	Lâmpada vapor sódio ovóide E27 70W			
53	pç	7	Luminária IP integrada externa E27			
54	pç	12	Manilha sapatilha d20mm 5000daN			
55	pç	3	Mão francesa perfilada 726x38x38x5mm			
56	pç	21	Olhal para parafuso d16mm 5000daN			
57	pç	21	Parafuso cab. Abaulada D16x70mm			
58	pç	3	Parafuso cab. Quadrada D16x150mm			
59	pç	3	Parafuso cab. Quadrada D16x125mm			
60	pç	17	Parafuso cab. Quadrada D16x250mm			
61	pç	12	Parafuso cab. Quadrada D16x350mm			
62	pç	4	Parafuso cab. Quadrada D16x500mm			

63	pç	6	Para raio polimerico 21kV 10 KA			
64	pç	1	Perfil U			
65	pç	3	Pino curto isolador 16x194mm			
66	pç	3	Pino isolador pilar 250x132mm			
67	pç	8	Porca quadrada M16			
68	pç	2	Poste de concreto circular 13m/600 daN			
69	pç	2	Poste de concreto DT 10m/300 daN			
70	pç	1	Poste de concreto DT 10m/600 daN			
71	pç	3	Poste de concreto DT 12m/300 daN			
72	pç	12	Protetor de bucha fixo 15/25/35kV			
73	pç	9	Protetor de estribo polimérico e grampo linha viva			
74	pç	7	Reator interno vapor sódio 70W			
75	pç	7	Relê fotoelétrico com base			
76	pç	4	Sapatilha para cabo de aço			
77	pç	6	Sela para cruzeta			
78	pç	1	Suporte afastador horizontal 25/35kV CB 8-10mm			
79	pç	6	Suporte L chave/para raio - estrutura trifásica			
80	pç	2	Suporte para transformador em poste circ. 255mm			
81	pç	3	Suporte Z			
82	pç	1	Transformador trifásico 45 KVA 25 KV			
83	MO	1	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO			

VALOR TOTAL R\$:

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

3. VALOR DA PROPOSTA:

Pela execução do objeto desta Tomada de Preços, cotamos o seguinte preço: R\$ _____ (_____), sendo R\$.....(material) e R\$.....(mão de obra).

4. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas e outros.

Assinatura e Carimbo/ Representante da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

ANEXO II
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018

MEMORIAL DESCRITIVO



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

ANEXO III
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018

ORÇAMENTO



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

**ANEXO IV
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018**

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

ANEXO V
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018

PRANCHA 01/02 – QUEDA DE TENSÃO E COTAS



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

ANEXO VI
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018

PRANCHA 02/02 – QUEDA DE TENSÃO E COTAS

ANEXO VII
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018
DECLARAÇÃO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

_____, CNPJ sob o n.º _____

sediada na _____, DECLARA que recebeu os documentos e tomou conhecimento de todas as informações e das condições e locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

_____, _____, de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa

ANEXO VIII
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES

DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ/CPF n.º _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva se for o caso: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, de ____ de _____ de 2018.

PROPONENTE

ANEXO IX
TOMADA DE PREÇOS N. 003/2018

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

_____, CNPJ nº _____, (razão social da Empresa) sediada na _____ (endereço completo) DECLARA, que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

_____, _____, de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da empresa

ANEXO X

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2018

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DE PROCESSO LICITATÓRIO

_____, CNPJ nº _____, sediada na

DECLARA, que não se enquadra em nenhuma das proibições previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 – Lei de Licitações, bem como na lei do nepotismo.

_____, _____, de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal (is) da empresa

ANEXO XI
LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2018
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º:

MINUTA CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO INTEGRAL

Contrato de **EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA**, consistente na **EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA**, na forma dos Projetos Técnicos aprovado através da Portaria nº 079/2018 e pela CELESC, **REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA**, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e....., autorizado através do Processo n 033/2018 e Licitação nº 003/2018, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA: Empresa:
CNPJ-MF n.º E OU CPF.
Endereço:
Representada por :

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas normas do Edital de Licitação nº 003/2018 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a **contratação de empresa para execução de rede de distribuição de energia elétrica, referente extensão da rede que dá acesso ao loteamento Benjamim Tranquilo Guzzi, projeto elaborado de acordo com o manual de distribuição CELESC E – NE 102-E, na forma dos Projetos Técnicos aprovados através da Portaria nº 079/2018, processo administrativo em apenso nº 002/2018 - projeto e plantas aprovadas pela CELESC.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 As obras deverão ser executadas no prazo máximo de 60 (sessenta dias).

2.2 O presente contrato vigorará até 30/12/2018, contados da data da assinatura, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor total do contrato é de R\$......(.....); sendo:

- A) R\$......(.....) - mão de obra;
- B) R\$(.....) – material

3.2 O(s) faturamento(s) dar-se-ão na forma do cronograma físico-financeiro – ANEXO ao presente contrato, após medição e autorização do Engenheiro responsável.

§ 1º Os valores não sofrerão qualquer reajuste.

§ 2º A última parcela do preço somente será paga após:

I - Recebimento definitivo da obra, mediante autorização do Engenheiro Responsável e aprovação do Órgão da CELESC;

II – Entrega do comprovante de comprimento dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados que trabalharam na obra.

3.3 No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que possam influir nos custos, tais como: alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:15 - Urbanismo
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:14 - Urbanização De Vias
Ação:1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Despesa 241
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:15 - Urbanismo
Subfunção:451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa:14 - Urbanização De Vias
Ação:1.3 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA
Despesa 54
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EMPREITADA

A modalidade de REGIME DE EXECUÇÃO É DE **EMPREITADA POR PREÇO INTEGRAL.**

CLÁUSULA SEXTA: DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- a) Efetuar o pagamento pela execução da obra;
- b) Designar engenheiro responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- a) Execução da obra de acordo com o memorial descritivo e plantas, anexos II a VI do Edital Convocatório, partes integrantes deste.
- b) Seguir as orientações técnicas do Engenheiro Responsável designado pelo Município.
- c) A contratada deverá, na data da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para representá-la na execução do contrato.
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.
- h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- i) Fornecer, mensalmente, o comprovante de pagamento dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
- j) Executar a obra, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas técnicas pertinentes.
- l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES E DA RESCISÃO

8.1 DAS PENALIDADES

8.1.1 Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

8.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

8.1.2.1 Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do material com atraso, até o limite de 10 % (dez por cento);

8.1.2.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

8.1.2.3 Advertência;

8.1.2.4 Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

8.1.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.1.3 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

8.2 RESCISÃO DO CONTRATO

8.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

8.2.1.1 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

8.2.1.2 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

8.2.1.3 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

8.2.2. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Atuará como Gestor do Contrato, a Secretária de Transportes e Obras, sendo que na condição de fiscal atuará o

CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

10.2. Fica o presente contrato vinculado ao Processo de Licitação nº 033/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 003/2018.

10.3 Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada.

10.4 Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

10.5 A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6 Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.666/93, o disposto no Edital Convocatório.

10.7 A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

10.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC.....de de 2018.

CONTRATANTE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1)..... 2).....
Nome: Nome:



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE

ANEXO XII

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2018

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme §1º do art. 18A.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE